**PRÁTICAS E DESAFIOS DA FORMAÇÃO INICIAL DE LICENCIANDOS EM HISTÓRIA: UMA EXPERIÊNCIA DO PIBID NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Lourival Alves Cavalcante JÚNIOR1

Maria Gabriela Simplício RIBEIRO2

Graduando em História pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL – Campus III, bolsista do PIBID; 2Graduanda em História pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL – Campus III, bolsista do PIBID.

[gabiadmpublica@gmail.com](mailto:gabiadmpublica@gmail.com)

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo apresentar reflexões sobre o papel social do licenciando em história na Educação de Jovens e Adultos a partir das experiências proporcionadas pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID subprojeto da Universidade Estadual de Alagoas, Campus III, em parceria com a Escola Estadual Manoel Passos Lima no município de Palmeira dos Índios, no período de agosto de 2018 a junho de 2019. O referido programa antecipa a prática em sala de aula preparando o bolsista para tal realidade, além de possibilitar o diálogo entre universidade e escola, auxiliando não só na formação inicial, mas também na formação continuada. O arcabouço teórico se dá através de autores que discutem acerca do processo de aprendizagem, formação docente, educação de jovens e adultos, como Freire (1996), Ventura (2012), Arroyo (2006), Machado (2008) e outros que abordam tais assuntos. A partir disso, é possível problematizar a necessidade da formação específica para atuar na EJA desde a formação na licenciatura até o campo de atuação. Ademais, é importante mencionar as didáticas que podem ser aprimoradas para facilitar a compreensão desses alunos referentes as temáticas Afro-brasileira e Indígena que são o objeto do projeto executado através do PIBID nessa instituição de educação básica.

**PALAVRAS-CHAVE:** EJA. Formação Docente. Prática Pedagógica.

**INTRODUÇÃO**

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID é uma iniciativa de política educacional que visa o incentivo e a valorização do magistério, antecipando o vínculo entre os futuros professores e a sala de aula na rede pública, ainda na primeira metade do curso da graduação. Sua criação e regulamentação tem como base legal o Decreto nº 7.219, de 24 de junho de 2010, a Portaria Capes nº 260, de 30 de dezembro de 2010 e a Lei nº 12.796 de 04 de abril de 2013.

O PIBID oferece bolsas remuneradas que são concedidas por meio de uma seleção ao projeto institucional apresentado à CAPES, para que os licenciandos desempenhem atividades pedagógicas em escolas da rede pública, da educação básica, favorecendo a interação entre universidade, escola, secretárias estaduais e municipais de educação, docentes e discentes, além de contribuirpara a efetiva integração entre teoria e prática, uma vez que a teoria estudada na universidade usualmente não abrange a realidade do chamado “chão de sala”.

O subprojeto de História da Universidade Estadual de Alagoas, Campus III foi contemplado em 2018, sendo supervisionado pelos professores Dr. José Adelson Lopes Peixotoe Francisca Maria Netacom o tema: “Saberes e Práticas do ensino de História Afro e indígena: memória, imagem, oralidade e patrimônio”. As atividades aconteceram em três escolas da rede pública. Na Escola Estadual Djanira Santos Silva e na Escola Estadual Egídio Barbosa da Silva ambas situadas na zona rural, foram desenvolvidas atividades com turmas do ensino fundamental e médio no turno matutino.

A Escola Estadual Manoel Passos Lima está localizada em uma área carente do município de Palmeira dos Índios e oferece as modalidades de ensino fundamental, médio e EJA. A atuação dos bolsistas ocorre no turno noturno com alunos do 7º, 8º, 9º e 10º períodos do ensino fundamental e 1º, 2º, 3º, 4º períodos do nível médio. Cada período tem duração de um semestre e a duração de cada etapa é de 2 anos. De início, os principais desafios enfrentados foram a evasão escolar que ocorre principalmente próximo aos finais de semana e a exaustão dos alunos que possuem uma jornada dupla e muitas vezes tripla de trabalho (educação, trabalho, tarefas domésticas, filhos...). Assim, a didática utilizada em sala de aula deve contribuir para o desenvolvimento da autonomia e percepções desses cidadãos considerando seus conhecimentos prévios e respeitando as limitações de cada um.

Diante disto, o objetivo deste trabalho é refletir sobre a formação profissional do professor de história com foco na EJA através da oportunidade de iniciação na prática docente proporcionada pelo PIBID, que integra educação superior e educação básica e permite a execução de estratégias didáticas referentes ao respeito e a valorização do multiculturalismo.

**MATERIAIS E MÉTODO**

Inicialmente a metodologia abordada nesse trabalho é a pesquisa bibliográfica. Segundo Minayo, ela é considerada:

uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”, pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta ‘uma carga histórica’ (MINAYO, 1994, p.23).

A partir dela, é possível identificar as dificuldades enfrentadas pelos licenciandos e por professores já com anos de experiência para trabalhar com o Ensino de Jovens e Adultos. Esses alunos, que por diversos motivos não frequentaram a escola no período regular, não podem ser tratados da mesma forma que estudantes do Ensino Médio.

Tais problemas se tornam infinitamente mais evidentes quando foram abordados assuntos sobre a temática História Afro e Indígena, obrigatórios desde a promulgação da lei 11.645/08, porém desconhecidos para aqueles alunos, pelo fato de existir um estereótipo conceitual sobre a referida temática. No livro didático há um eurocentrismo evidente nos conteúdos e alguns professores já formados possuem pouco ou nenhum conhecimento mais elaborado sobre a temática, já que eles não tiveram a formação adequada durante a graduação para trabalhar com essas questões. Assim, reproduzem preconceitos já existentes no livro.

Com o intuito de contribuir para a superação dessas lacunas na formação dos professores, pretende-se descrever as experiências adquiridas durante nossa atuação na Escola Estadual Manoel Passos Lima, com a aplicação de algumas metodologias para trabalhar a temática afro e indígena. Na implementação das nossas experiências, se fez necessário o uso da observação participante, pois ela, “é realizada em contacto direto, frequente e prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa.” (CORREIA, 1999, p. 31).

A observação nos permitiu compreender o perfil da turma e escolher a forma mais compatível com as suas necessidades, compreendemos, então a importância de ter disciplinas adequadas para se trabalhar essa temática durante a graduação e, posteriormente, através de formação continuada para profissionais que já atuam na área, como condição imperativa para fazer a abordagem correta desses conteúdos já tão negligenciados durante toda a história brasileira. É, também, imprescindível aprender como se utilizar dos recursos corretos para a aplicação nas aulas, a partir da utilização de dinâmicas que tornem a compreensão mais simples atrativa e eficiente para os estudantes.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A formação teórica que é proporcionada pela universidade é imprescindível para a vida acadêmica do indivíduo, pois promove a aquisição e o desenvolvimento de um conhecimento crítico e reflexivo, a partir de leituras, diálogos e produções cientificas, além de servir como suporte para o pensamento articulado e para a argumentação. Contudo, somente o pilar da teoria não é suficiente para a construção do saber profissional, ou seja, a atividade docente também carece da prática pedagógica através da inserção no contexto educacional. Assim, prática e teoria fazem parte de um ciclo virtuoso em que um depende do outro.

Da mesma maneira, a licenciatura vai além de um grau técnico, pois fortalece o processo ensino aprendizagem que visa ações efetivas para a formação de novos cidadãos atuantes, participantes e conscientes de seus direitos/obrigações no contexto social. Assim, “contrariamente ao operário de uma indústria, o professor não trabalha apenas um ‘objeto’, ele trabalha com sujeitos e em função de um projeto: transformar alunos, educá-los e instruí-los” (TARDIF, 2012, p. 13).

Com isso, a fase dos estágios curriculares representa o momento de execução dos aprofundados conhecimentos teóricos adquiridos e o licenciando tem a oportunidade de conhecer a realidade e complexidade da profissão com a orientação de um professor-supervisor. Porém, muitas instituições ainda apresentam o modelo tradicional em que está fase só inicia após a primeira metade do curso, assim, prejudicando aquele discente que não se identifica com a proposta causando uma desistência tardia ou um profissional insatisfeito.

Tendo em vista essas ocorrências, o PIBID permite a interação prática ainda na primeira metade da licenciatura propiciando uma identificação com a docência desde cedo, estimulando a continuação no curso e valorizando o magistério na educação básica. De acordo com o Decreto nº 7.219/2019:

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, executado no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira. (BRASIL, 7.219, Art. 1º, 2019)

Assim, o referido programa, trata-se uma iniciação de política pública que beneficia a comunidade acadêmica, a rede pública, discentes, professores e alunos da educação básica. Além disso, o PIBID apoia o desenvolvimento das atividades por meio de repasses financeiros feitos aos integrantes do projeto. O que não impede a atuação dos voluntários que mesmo sem a bolsa e com todos os gastos, principalmente relacionados a locomoção e a alimentação, auxiliam em todas as fases do planejamento e execução das atividades.

O PIBID/HISTÓRIA da UNEAL campus III com o tema: “Saberes e Práticas do ensino de História Afro e indígena: memória, imagem, oralidade e patrimônio” desenvolve atividades em 3 escolas da rede estadual. A cada semestre alguns ajustes são realizados para que os discentes adquiram novas experiências e desafios, além das reuniões frequentes para planejamento do que será trabalhado, compartilhamento de experiências e avaliação dos resultados. O grupo de alunos designados para atuação na Escola Estadual Manoel Passos Lima executa as atividades com alunos da Educação de Jovens e Adultos com “oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando” (BRASIL, 1996) como destaca a Lei de Diretrizes e Bases.

A Educação de Jovens Adultos – EJA é uma modalidade da educação básica nas etapas ensino fundamental e ensino médio para aqueles que não tiveram oportunidade de concluir os estudos na idade apropriada. O perfil desses alunos, geralmente, se caracteriza por serem jovens, adultos e idosos de classes populares, com baixa escolaridade dos pais, longa jornada de trabalho, responsabilidade financeira e familiar. Portanto, é a classe trabalhadora, com as suas mais diversas identidades, o grande público da EJA (VENTURA, 2012).

Incialmente, os bolsistas se depararam com diversos desafios, entre eles encontrar formas para despertar o interesse de alunos que estão exaustos depois de uma longa jornada de trabalho e que muitas vezes dormem durante as aulas; valorizar e trazer para sala de aula a enorme carga de conhecimentos já adquiridos por esses indivíduos, mas que não são reconhecidos por serem populares e não científicos; aprender a trabalhar com pessoas de diferentes faixas etárias em uma mesma sala; buscar desenvolver o projeto com êxito quando se tem um tempo mínimo para algumas áreas de conhecimento. Contudo, o desafio maior foi não ter a preparação específica na universidade para atuar com a EJA e nunca ter tido contato com esse contexto antes. De acordo com Machado,

[...] a pesquisa sobre a formação de professores para EJA que exerce o papel de denúncia, revelando as fragilidades nas poucas estratégias de formação ou a ausência de formação, ainda revela experiências importantes na formação de professores e contribui para colocar a preocupação com a modalidade de EJA na pauta das reivindicações nacionais. (MACHADO, 2008, p.10 e 11)

A educação, segundo a legislação, é um direito de todo cidadão, independente da faixa etária e não algo específico apenas para crianças e adolescentes, mas deve também abranger as singularidades do grupo de jovens e adultos. Por isso, é preciso ser tratada na concepção de educação continuada, ou seja, como uma prática que visa o desenvolvimento do indivíduo independentemente da idade cronológica do mesmo e que cria espaços de reflexão sobre os processos de trabalho em que estão inseridos. Desse modo, Ventura destaca que:

[...] não obstante o corte geracional, a EJA em nosso país refere-se, mais do que à faixa etária (jovens e adultos, ou seja, não crianças), a uma luta daqueles que vivem do trabalho, pelo direito à educação. Nesse sentido, não se refere a qualquer jovem ou adulto, mas delimita um determinado grupo de pessoas, relativamente homogêneo, que vivenciam variadas situações de produção da existência na sociedade contemporânea, mas quase todas elas ligadas, no mundo do trabalho, à execução de trabalho simples. (VENTURA, 2012, p. 78 e 79)

Contudo, a EJA não deve ser vista apenas pela perspectiva de aprimoramento e qualificação profissional que prepara o trabalhador para se submeter passivamente a acumulação econômica e ao sistema capitalista, outros fundantes da formação de um sujeito com autonomia intelectual critica devem ser considerados como o exercício do direito de cidadão, a emancipação e uma vida digna.

Nesse sentido, para que esse direito possa ser garantido da forma que proporcione ao estudante uma experiência adequada em sala de aula, deve-se ter conhecimento das dificuldades encontradas na sala de aula e que são intensificadas quando trabalham-se temáticas como questões sociais, raciais ou as chamadas minorias (afro e indígenas). Segundo Paulo Freire (1996), para que um educador possa realizar o exercício da profissão, ele deve ter:

Rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, criticidade, ética e estética, corporificar as palavras pelo exemplo, assumir riscos, aceitar o novo, rejeitar qualquer forma de discriminação, reflexão crítica sobre a prática, reconhecimento e assunção da identidade cultural, ter consciência do inacabamento, reconhecer-se como um ser condicionado, respeitar a autonomia do ser educando, bom senso, humildade, tolerância, convicção de que mudar é possível, curiosidade, competência profissional (FREIRE, 1996, p. 14).

Em alguns cursos de História, não existem disciplinas voltadas para as temáticas afro-brasileiras e indígenas, logo os discentes desenvolvem pouco ou quase nenhum conhecimento sobre o assunto. Assim, eles tendem a reproduzir e propagar preconceitos existentes no livro didático e quando isso o ocorre na EJA, se torna mais grave ainda. Segundo Arroyo (2006), deve-se reconhecer as peculiaridades do ensino dos jovens e adultos a partir de sua “condição social, étnica, racial, cultural e espacial [...] têm que ser o ponto de referência para a construção da EJA e para a conformação do perfil do educador(a)” (ARROYO, 2006, p. 23).

Por esse motivo, o PIBID é uma ferramenta de extrema importância para auxílio na formação inicial de professores. A partir das dinâmicas que podem ser aplicadas, percebe-se que há um rendimento melhor por parte dos alunos, auxiliando no aprendizado e deixando os graduandos aptos para lidar com as diversas realidades que serão encontradas em sala de aula. Assim, há uma maior possibilidade de que eles atuem da melhor forma possível, respeitando as especificidades de cada turma.

A partir das diversas intervenções feitas pelos bolsistas na Escola Estadual Manoel Passos Lima foi possível observar que, mesmo com o cansaço da rotina diária, os alunos tiveram um rendimento muito proveitoso sobre o que foi abordado. As dinâmicas aplicadas nas aulas contemplaram palestras ministradas pelos bolsistas, apresentações com a participação de indígenas, demonstrações artísticas e até mesmo músicas nas quais a temática estava presente na letra, todos com ajuda e a orientação da coordenadora.

Deve-se observar que essas dinâmicas não possuem o objetivo de substituir o livro didático e sim fazer um complemento a ele, pois em alguns assuntos se constata negligência ou superficialidade na abordagem dos autores; também é perceptível que há maior interesse dos alunos quando ocorre a quebra com a tradicional metodologia “quadro-livro”, tornando o assunto mais atrativo, de mais fácil compreensão, promovendo a ligação entre o conteúdo e o conhecimento que o aluno possui.

**CONCLUSÕES**

É necessário entender que os alunos do Ensino de Jovens e Adultos não devem ser tratados da mesma forma que os alunos do Ensino Regular. Deve-se compreender que eles possuem uma rotina cansativa e muitas vezes vão exaustos para a escola. Os conteúdos devem ser transmitidos de uma maneira que os tornem de fácil compreensão e atrativos para o estudante, ou seja, é de extrema importância que os graduandos já saiam suficientemente capacitados da graduação para trabalhar com essas dinâmicas e com esse público específico.

A formação do professor precisa dar conta das mais diversas realidades e especificidades de contextos escolares; prática e teoria devem ser confrontados com muita frequência, as metodologias precisam ser testadas e refutadas a cada aula, visto que elas não podem ser estanques apenas pelo fato de terem sido eficientes para determinada realidade. Temas como a história e a cultura afro e indígena exigem dinâmicas mais específicas, conhecimento mais profundo da temática e atualização permanente para evitar a perpetuação de um ensino estereotipado e marcado por erros, silenciamentos e omissões em respeito ao protagonismo do negro e do indígena na história do Brasil.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARROYO, M. G. **Formar educadoras e educadores de jovens e adultos**. In: SOARES, L. Formação de Educadores de jovens e 292 adultos. Belo Horizonte: Autêntica; SECADMEC; UNESCO, 2006.

CORREIA, M. C. **A Observação Participante enquanto técnica de investigação.** Pensar Enfermagem, v. 13, n. 2. Lisboa: ESEL 1999, p.30-36.

DECRETO sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/Decreto/d7219.htm>

Acessado em 25/07/2019 às 11:30.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEI de Diretrizes E Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acessado em 01/08/2019 às 21:12.

LEI 12.796 de 4 de abril de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm> Acessado em 25/07/2019 às 11:43.

MACHADO, Maria Margarida. **Formação de professores para EJA**: uma perspectiva de mudança. Revista Retratos da Escola, v.2, n. 2/3, Brasília: CNTE, 2008.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento.** São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

PIBID-Apresentação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pibid>.Acessado em 25/07/2019 às 13:19.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2012.

VENTURA, Jaqueline. **A EJA e os desafios da formação docente nas licenciaturas**. Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade, v. 21, n. 37, Salvador: UNEB 2013.

**AGRADECIMENTOS**

Agradecemos aos nossos familiares que apoiaram a nossa jornada acadêmica até aqui e que são a nossa fonte de inspiração e nos motivam a continuar a nossa luta. Somos gratos aos nossos colegas de turma que estão juntos conosco todos os dias, tornando as nossas tardes infinitamente mais agradáveis. Aos amigos que nos recomendaram teóricos para a produção desse trabalho. Sem vocês esse artigo seria muito mais difícil. Aos nossos coordenadores Francisca Neta, Adelson Lopes e Ana Cássia que nos acompanham nessa jornada e ajudaram na elaboração desse artigo, realizando observações que tornaram nosso trabalho melhor do que já estava. Agradecemos a CAPES por nos proporcionar a oportunidade de ingressar no PIBID, que está sendo uma experiência muito proveitosa para o nosso crescimento acadêmico. Por fim, gostaríamos de agradecer a nós mesmos, sem a nossa amizade e cumplicidade esse trabalho não seria possível.